

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 2010, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação
A Santander Leasing, Instituição integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado
O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$10.005 milhões ao final do período findo em 30 de junho de 2011. O lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$437 milhões em comparação a R\$488 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2011, os ativos totais atingiram R\$52.625 milhões. Desse montante, R\$7.910 milhões são representados pela carteira de arrendamento a valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito e R\$33.616 milhões por aplicações interfinanceiras de liquidez. O total dos recursos captados atingiu R\$31.194 milhões, representado por debêntures.

Conjuntura Econômica
A economia brasileira segue em expansão, ainda que em ritmo ligeiramente mais moderado. No primeiro trimestre de 2011, o PIB apresentou um avanço de 4,2%, comparado com o mesmo período de 2010, abaixo dos 5,0% registrados no período anterior. O resultado, desta vez, foi determinado pelo investimento que registrou um crescimento de 1,2%, frente ao 4T10.

A inflação permanece acima do objetivo do Bacen, mas os dados mensais mostraram recuo em maio e junho. A desaceleração do IPCA no período foi determinada principalmente pelos preços dos alimentos

e dos itens de transporte. Até maio, o principal índice de preços ao consumidor, registrou alta de 6,6% em 12 meses. Os preços agrícolas no atacado acumularam alta de 1,1% no primeiro semestre do ano, recuando fortemente após aumento de 5,5% no primeiro trimestre. Os produtos industriais, por sua vez, acumularam no primeiro semestre inflação de 3%, reflexo da alta no preço internacional das commodities, em especial o minério de ferro.

O desempenho da balança comercial, até maio, se mostrou bastante favorável, com saldo positivo de US\$23,2 bilhões em 12 meses. As exportações continuam sendo sustentadas tanto pelo aumento do volume como, em grande parte, pela elevação dos preços de algumas commodities, impulsionadas pelo crescimento dos emergentes. Já as importações revelam uma demanda interna que se mantém aquecida e uma moeda brasileira forte. A tendência da balança comercial se contrapõe à trajetória constante de aumento no déficit de serviços, impulsionado pela remessa de lucros e dividendos. O resultado em transações correntes, que agrega as contas de bens e serviços ficou negativo em US\$51 bilhões em 12 meses (2,3% do PIB) até maio de 2011, praticamente estável desde dezembro de 2010. Essa saída líquida de divisas foi mais que suficientemente financiada por forte volume de entradas de investimentos estrangeiros, tanto diretos (US\$64 bilhões) como em portfólio (US\$59 bilhões), o que contribuiu para manter a taxa de câmbio em R\$1,56/US\$ em junho de 2011.

O estoque de crédito do sistema financeiro atingiu R\$1,8 trilhões em junho, mantendo a velocidade de crescimento em 1,6% na comparação mensal, nível mais alto que no primeiro trimestre, e aumentando 20,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com este resultado, o crédito chegou a 47,2% do PIB no mês, alcançando, mais uma vez, o seu maior nível histórico (em maio, essa relação estava em 46,9%). Os destaques continuam sendo os empréstimos direcionados, particularmente oriundos do BNDES, e o crédito imobiliário. Esse último, em particular, mantém fortes taxas de expansão (em média 3,0% ao mês em 2011). Até junho, o volume de crédito direcionado aumentou 24,1% contra junho de 2010, enquanto o estoque de crédito com recursos livres cresceu 17,9%. Essas linhas de crédito para pessoas físicas cresceram ligeiramente acima das linhas para pessoas jurídicas: 18,9% e 16,9%, respectivamente, na variação integral.

A solidez da demanda interna e do sistema financeiro continua sendo fundamental para sustentar

o crescimento brasileiro, a despeito das incertezas que cercam a recuperação econômica global. A manutenção de bons fundamentos terá papel relevante para garantir a sustentabilidade deste ciclo de crescimento da economia.

Restituições Societárias

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) de 30 de setembro de 2009 da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. (ABN Leasing) e da Santander Leasing, os seus respectivos acionistas aprovaram a proposta de incorporação da ABN Leasing pela Santander Leasing, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2009, cujo processo foi homologado pelo Bacen em 30 de novembro de 2009.

Nas AGEs de 30 de novembro de 2009 da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (SB Leasing) e da Santander Leasing, os seus respectivos acionistas aprovaram a proposta de incorporação da SB Leasing pela Santander Leasing, com base no balanço auditado levantado em 30 de setembro de 2009, cujo processo está em fase de homologação pelo Bacen.

Outras Informações

A Santander Leasing tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no primeiro semestre de 2011, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais não enquadrados como serviços de auditoria independente que cumulativamente representassem mais de 5% da respectiva remuneração global.

Agradecimentos

A Administração da Santander Leasing agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Barueri, agosto de 2011

O Conselho de Administração
A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010
Receitas da Intermediação Financeira		3.801.438	4.720.789
Operações de Arrendamento Mercantil		1.975.931	3.524.252
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.825.836	1.198.058
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	16.d	(329)	(1.521)
Despesas da Intermediação Financeira		(3.898.978)	(4.523.343)
Operações de Captação no Mercado	16.d	(1.630.665)	(1.153.286)
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.275.404)	(3.318.127)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	7.091	(51.930)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(97.540)	197.446
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(43.533)	24.298
Receitas de Prestação de Serviços		1.677	1.473
Rendas de Tarifas Bancárias		4.451	17.550
Outras Despesas Administrativas		(36.923)	(13.040)
Despesas Tributárias		(27.338)	(35.446)
Outras Receitas Operacionais	17	135.809	167.182
Outras Despesas Operacionais	18	(121.209)	(113.421)
Resultado Operacional		(141.073)	221.744
Resultado não Operacional	19	814.848	589.074
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		673.775	810.818
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(237.018)	(322.440)
Provisão para Imposto de Renda		(75.513)	(258.691)
Provisão para Contribuição Social		(95.944)	(123.545)
Ativo Fiscal Diferido		(65.561)	59.796
Lucro Líquido		436.757	488.378
Nº de Ações (Mil)	15.a	11.044.653	11.044.653
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		39,54	44,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		436.757	488.378
Ajustes ao Lucro Líquido		46.019	328.761
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	(7.091)	51.930
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(55.905)	198.987
Provisão para Passivos Contingentes		114.320	77.994
Constituição de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens		4.773	34
Resultado na Alienação de Valores e Bens		(240)	(184)
Resultado na Alienação de Investimentos		(9.838)	-
Variações em Ativos e Passivos		2.622.499	(989.575)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(638.026)	(3.280.532)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(67.731)	(4.623)
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil		1.796.026	1.308.504
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(379.908)	(218.480)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		5.585	18.452
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.630.665	1.153.285
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		275.888	33.819
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		3.105.275	(172.438)
Atividades de Investimento			
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		10.281	-
Alienação de Bens não de Uso Próprio		2.408	480
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento		12.689	480
Atividades de Financiamento			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(3.134.972)	(60.323)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(3.134.972)	(60.323)
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(17.008)	(322.279)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	1.180.412	394.824
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	1.163.404	162.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010
Receitas da Intermediação Financeira		3.801.438	4.720.789
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		6.128	19.023
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	7.091	(51.930)
Outras Receitas e Despesas		829.448	642.835
Despesas da Intermediação Financeira	(3.906.069)	(4.471.413)	
Insuños de Terceiros	(36.923)	(13.040)	
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(5.721)	(2.076)	
Outros	(31.202)	(10.964)	
Valor Adicionado Bruto/Líquido Produzido/a Distribuir	701.113	846.264	
Distribuição do Valor Adicionado			
Impostos, Taxas e Contribuições	264.356	37,7%	357.886
Federais	259.328		351.838
Municipais	5.028		6.048
Remuneração de Capitais Próprios	436.757	62,3%	488.378
Dividendos	15.b	250.000	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	71.000	-
Reinvestimentos de Lucros		115.757	488.378
Total	701.113	100,0%	846.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI). A Instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Leasing, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Leasing, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2011, estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de arrendamento e outros créditos são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vencendo); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Arrendamentos a Receber

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedge" podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
 - II - "hedge" de fluxo de caixa.
- Os instrumentos financeiros derivativos do "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:
- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
 - (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

h.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.

h.3) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

h.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

h.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

i.1) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

i.2) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

i.3) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Santander Leasing.

k) Avaliação do Valor Recuperável

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2010	31/12/2009
Disponibilidades	46.404	39.355	47.545	39.708
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.117.000	1.141.057	115.000	355.116
Aplicações no Mercado Aberto	1.000.000	1.000.000	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	117.000	141.057	115.000	35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	2011		2010	
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	1.143.705	-	1.143.705	33.460
Títulos Públicos	45.567	-	45.567	30.778
Títulos Privados (1)	1.098.138	-	1.098.138	2.682
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	4.979
Títulos Públicos	-	-	-	4.979
Total de Títulos e Valores Mobiliários	1.143.705	-	1.143.705	38.439
Derivativos (Ativo)	30	9	39	196
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	1.143.735	9	1.143.744	38.635
Circulante	-	-	1.143.744	38.590
Longo Prazo	-	-	-	45
Derivativos (Passivo)	(4.932)	(409)	(5.341)	(9.775)
Circulante	-	-	(3.718)	(5.358)
Longo Prazo	-	-	(1.623)	(4.417)

II) Títulos para Negociação

	Valor de Custo/Contábil	
	2011	2010
Títulos para Negociação	45.567	30.778
Títulos Públicos	45.567	30.778
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-
Títulos Privados	1.098.138	2.682
Cotas de Fundos de Investimento (1)	1.098.138	2.682
Total	1.143.705	33.460

	2011				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos
Títulos para Negociação	-	2.497	1.448	21.843	19.779
Abertura por Vencimento	-	-	-	-	45.567
Títulos Públicos	-	2.497	1.448	21.843	19.779
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	45.567
Títulos Privados	1.098.138	-	-	-	1.098.138
Cotas de Fundos de Investimento (1)	1.098.138	-	-	-	1.098.138
Total	1.098.138	2.497	1.448	21.843	19.779

(1) Em 30 de junho de 2011, é composto, principalmente, por aplicações em operações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais - Notas do Tesouro Nacional - NTN-F.

III) Títulos Disponíveis para Venda

Em 30 de junho de 2010, era composto por Letras Financeiras do Tesouro - LFT no valor de R\$4.979.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	2011			2010		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap" - Negociação	-	(4.901)	(5.302)	-	(7.700)	(9.579)
Ativo	62.938	62.938	62.938	152.800	150.079	150.077
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	62.938	62.938	62.938	151.417	150.079	150.077
Taxa de Juros Pré - Reais	-	-	-	1.383	-	-
Passivo	67.839	(67.839)	(68.240)	160.500	(157.779)	(159.656)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	-	-	-	1.338	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	67.839	(67.839)	(68.240)	159.162	(157.779)	(159.656)

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Valor Referencial			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Abertura por Vencimento	-	-	-	-
"Swap" (1)	12.183	33.209	17.546	62.938

(1) Operações realizadas entre partes relacionadas, negociadas na Cetip.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

No ativo o montante do "swap" - diferencial a receber é de R\$39 (2010 - R\$196) e no passivo o diferencial a pagar é de R\$5.341 (2010 - R\$9.775).

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais "hedges".

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente à carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 30 de junho de 2011.

Carteira "Banking" Fatores de Risco	Cenário 1			Cenário 2			Cenário 3		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
Taxa Pré - Fixada em Reais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (1)	(2.353)	(2.353)	(2.353)	(23.534)	(23.534)	(23.534)	(117.671)	(117.671)	(117.671)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais e o valor de mercado do capital modelado com prazo de 1,5 ano e mitiga o risco da carteira. Para ponderação de risco da Santander Leasing foi utilizado o valor proporcional, na mesma relação da carteira do Conglomerado Santander.

No dia 30 de junho de 2011, a Santander Leasing não apresentava saldo na carteira de negociação.

Os cenários 2 e 3 acima consideram as situações de deterioração prevista na Instrução CVM 475/2008, tidas como de baixa probabilidade de ocorrência. De acordo com a estratégia determinada pela Administração, no caso de sinal de deterioração de mercado são adotadas ações para minimizar possíveis impactos.

Cenário 1: é habitualmente informado em nossos relatórios diários correspondendo a um choque de 10 pontos básicos, para cima, nas curvas de taxas de juros pré-fixadas e de cupom de moedas estrangeiras.

Cenário 2: correspondendo a um choque de 100 pontos básicos, para cima, nas curvas de taxas de juros pré-fixadas e de cupom de moedas estrangeiras.

Cenário 3: correspondendo a um choque de 500 pontos básicos, para cima, nas curvas de taxas de juros pré-fixadas e de cupom de moedas estrangeiras.

Taxa Pré-Fixada em Reais: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros em Reais.

6. Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira

	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	7.903.922	11.654.823	7.903.922	11.654.823
Outros Créditos (Nota 8)	6.267	7.680	6.267	7.680
Total	7.910.189	11.662.503	7.910.189	11.662.503
Circulante	3.972.912	5.211.511	3.972.912	5.211.511
Longo Prazo	3.937.277	6.450.992	3.937.277	6.450.992

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento

	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	9.905.221	15.253.722	9.905.221	15.253.722
Arrendamentos a Receber	7.011.207	10.044.530	7.011.207	10.044.530
Valores Residuais a Realizar (1)	2.894.014	5.209.192	2.894.014	5.209.192
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(6.825.832)	(9.765.628)	(6.825.832)	(9.765.628)
Valores Residuais a Balancear	(2.894.014)	(5.209.192)	(2.894.014)	(5.209.192)
Bens não de Uso Próprio	32.284	70.371	32.284	70.371
Imobilizado de Arrendamento (Nota 10)	15.506.460	20.572.789	15.506.460	20.572.789
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 13)	(7.820.197)	(9.267.239)	(7.820.197)	(9.267.239)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	7.903.922	11.654.823	7.903.922	11.654.823

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$2.001.299 (2010 - R\$3.598.899).

Em 30 de junho de 2011 e 2010, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

c) Carteira por Vencimento

	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
Vencidas	186.522	251.577	186.522	251.577
A Vencer:				
Até 3 Meses	1.177.087	1.497.475	1.177.087	1.497.475
De 3 a 12 Meses	2.795.825	3.714.036	2.795.825	3.714.036
De 1 a 5 Anos	3.748.291	6.197.731	3.748.291	6.197.731
Acima de 5 Anos	2.464	1.684	2.464	1.684
Total	7.910.189	11.662.503	7.910.189	11.662.503

d) Carteira por Setor de Atividades

	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
Setor Privado	7.900.862	11.655.119	7.900.862	11.655.119
Indústria	536.032	635.200	536.032	635.200
Comércio	580.852	657.104	580.852	657.104
Instituições Financeiras	478	1.161	478	1.161
Serviços e Outros	1.325.043	1.549.345	1.325.043	1.549.345
Pessoas Físicas	5.458.457	8.812.309	5.458.457	8.812.309
Setor Público	9.327	7.384	9.327	7.384
Governo Municipal	9.327	7.384	9.327	7.384
Total	7.910.189	11.662.503	7.910.189	11.662.503

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	Provisão Mínima Requerida	2011				2010			
		Curso Normal		Curso Anormal (1)		Curso Normal		Curso Anormal (1)	
		Total	Provisão Requerida	Total	Provisão Requerida	Total	Provisão Requerida	Total	Provisão Requerida
AA	-	1.379.028	-	1.379.028	610.003	-	-	-	
A	0,5%	5.014.892	-	5.014.892	8.472.557	25.075	42.363	25.075	
B	1%	132.868	311.849	444.717	993.380	4.447	9.934	4.447	
C	3%	79.270	340.669	419.939	749.625	12.598	22.489	12.598	
D	10%	6.653	138.001	144.654	181.994	14.466	18.199	14.466	
E	30%	5.260	71.163	76.423	116.395	22.927	34.918	22.927	
F	50%	23	65.585	65.608	108.992	32.804	54.496	32.804	
G	70%	-	51.896	51.896	67.924	36.327	47.547	36.327	
H	100%	1.331	311.701	313.032	361.633	313.032	361.633	313.032	
Total		6.619.325	1.290.864	7.910.189	11.662.503	461.676	591.579	461.676	
Provisão Adicional (2)					22.388		22.388		
Provisão Total					484.064		613.967		

(1) Inclui parcelas vencidas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de arrendamento e outros créditos com características de concessão de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente, e é alocada em cada nível de risco.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
Saldo Inicial	519.154	591.489	519.154	591.489
(Reversões)/Constituições	(7.091)	51.930	(7.091)	51.930
Baixas	(27.999)	(29.452)	(27.999)	(29.452)
Saldo Final	484.064	613.967	484.064	613.967
Circulante	187.361	192.994	187.361	192.994
Longo Prazo	296.703	420.973	296.703	420.973
Créditos Recuperados no Período (1)	30.738	15.818	30.738	15.818

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

7. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2010		Saldo em 30/06/2011	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	273.463	7.591	(16.214)	264.840
Provisão para Contingências Cíveis	9.477	(2.328)	10.047	10.047
Provisão para Contingências Fiscais	181.886	43.152	(31.648)	193.390
Provisão para Contingências Trabalhistas	107	5	(17)	95
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação (1)	508	(315)	-	193
Outras Provisões Tempor				

